

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**REQUERIMENTO Nº /2013
(Do Sr. Sarney Filho)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o saldo negativo de florestas recuperadas esperado com a implementação do novo Código Florestal.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, a realização de Audiência Pública para debater o saldo negativo de florestas recuperadas esperado com a implementação no novo Código Florestal, conforme estudo feito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Como forma de enriquecer o debate, sugerimos que sejam convidadas, as seguintes pessoas:

- Senhor Britaldo Silveira Soares-Filho, do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA);
- representante do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA);
- representante do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON).

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo discutir e esclarecer a todos sobre o estudo realizado pela UFMG que estima que a área de florestas a ser recomposta em todo o território brasileiro cairá 58%, caso seja mantido o texto do novo Código Florestal. Segundo a Universidade, só a região do Cerrado poderá ter 40 milhões de hectares desmatados legalmente com a expansão da soja. Isso porque o Cerrado possui a maior

extensão de propriedades com ativo florestal, áreas passíveis de desmatamento.

Por outro lado, a área de passivo ambiental, área em que há a obrigação de se recompor a vegetação ativa, cairá cerca de 50 milhões de hectares para 21 milhões de hectares. Os Estados mais prejudicados com isso serão o Mato Grosso, Pará, Minas Gerais e Bahia.

A Caatinga é outro bioma ameaçado com cerca de 26 milhões de hectares de ativo florestal.

O estudo, no entanto, chama a atenção para a possibilidade de mecanismos criados pelo novo código, como a Cota de Reserva Ambiental (CRA), a fim de efetivamente viabilizar parte da recomposição florestal. Pelas projeções, seria possível reduzir em até 55% o passivo ambiental em reservas legais, o que equivaleria a pouco mais de 16 milhões de hectares.

Sala da Comissão, em 13 de março de 2013.

Deputado **SARNEY FILHO**
Líder do PV